



Ano V, v.2 2025 | **submissão: 28/11/2025** | **aceito: 30/11/2025** | **publicação: 02/12/2025**

## **Educação e a relação étnico-racial**

*Education and ethnic-racial relations*

**Igor Massena Fortuna Bravo** - Mestrando em Ciências da Educação da World University Ecumenical – WUE – [igorsirkis@msn.com](mailto:igorsirkis@msn.com)

**Francisco Erenilson Pereira Lima** - Mestrando em Ciências da Educação da World University Ecumenical – WUE – [nilsinhollima@gmail.com](mailto:nilsinhollima@gmail.com)

**Jardeilson Gomes** - Mestrando em Ciências da Educação da World University Ecumenical – WUE – [jardeilsongomes2022@gmail.com](mailto:jardeilsongomes2022@gmail.com)

**Josineide Ferreira Alves** - Mestrando em Ciências da Educação da World University Ecumenical – WUE – [neide01neide02@gmail.com](mailto:neide01neide02@gmail.com)

**Daria Marques Ferreira** - Mestrando em Ciências da Educação da World University Ecumenical – WUE – [dariamarques99@gmail.com](mailto:dariamarques99@gmail.com)

**Francisco Assis Severo Lima** - Professor da Disciplina Educação e a Relação de Gênero e Étnico-Racial - World University Ecumenical /WUE - Doutor em História pelo PPGH Universo - Niterói-RJ, Professor da SEDUC-CE, [assis.severo@urca.br](mailto:assis.severo@urca.br)

### **RESUMO**

O referido trabalho realizou um levantamento histórico (mesmo que sucinto) das condições acadêmicas brasileira, com o objetivo de elencar as principais causas da baixa fixação de alunos nos institutos de ensino, e a baixa permanência de pessoas afrodescendentes nos mesmos. Iniciamos, demonstrando como se iniciou a formação acadêmica dos povos do novo mundo, (Escolas Jesuítas), descrevemos sobre Preto Cosme, ex-escravo que fundou uma escola para alfabetizar negros quilombolas, descrevemos alguns feitos do Movimento Negro, que foram extremamente importantes para que a história e a cultura Afro-brasileira fossem reconhecidas e disseminadas pelo país. Para referendar a pesquisa foram utilizadas publicações (sites, revistas e artigos) com informações relevantes que demonstraram que a principal causa da evasão escolar está ligada a complementação de renda, principalmente de pessoas negras e pardas, e a gravidez na adolescência. Utilizamos dados da PNAD-Continuada de 2023 que realizou um comparativo dos últimos cinco anos (excluindo 2020 e 2021 – COVID19), e demonstrou que pessoas da cor preta ou parda, nascida principalmente na região Nordeste do Brasil, são os mais afetados pela tardia ação governamentais e pelas más escolhas da Coroa portuguesa no tocante ao ensino das colônias. Levantamos algumas medidas propostas pelos governantes brasileiros desde Lei do Boi (Primeira lei de Cotas), Programa de Crédito Educativo (Creduc), que foi substituído pelo Fies (Fies Social), Lei de Cotas, ProUni e mais recentemente o Pé-de-Meia (Ensino Médio) e o Pé-de-Meia Licenciatura, sendo que essas últimas precisaram de pesquisas futuras para contabilizar seu impacto na fixação dos discentes nas instituições de ensino médio e superior. Com isso concluímos que uma má administração pode causar consequências em longo prazo, e que serão necessários esforços governamentais e pessoais para reverter essas mazelas.

**Palavras-chave:** Escola, Afro-brasileiros, Programas.

### **ABSTRACT**

This work presents a historical survey (albeit brief) of Brazilian academic conditions, aiming to list the main causes of low student retention in educational institutions and the low permanence of Afro-descendant people in these institutions. We begin by demonstrating how the academic training of the peoples of the New World began (Jesuit Schools), describe Preto Cosme, a former slave who founded a school to educate quilombola blacks, and describe some achievements of the Black Movement, which were extremely important for the recognition and dissemination of Afro-Brazilian history and culture throughout the country. To support the research, publications (websites, magazines, and articles) with relevant information were used, demonstrating that the main cause of school dropout is linked to supplementary income, especially for black and brown people, and teenage pregnancy. We



**Ano V, v.2 2025 | submissão: 28/11/2025 | aceito: 30/11/2025 | publicação: 02/12/2025**

used data from the 2023 PNAD-Continuada survey, which compared the last five years (excluding 2020 and 2021 – COVID-19), and showed that Black or mixed-race people, mainly born in the Northeast region of Brazil, are the most affected by the late government action and the poor choices of the Portuguese Crown regarding the education of the colonies. We identified some measures proposed by Brazilian governments since the Lei do Boi (First Quota Law), the Educational Credit Program (Creduc), which was replaced by Fies (Fies Social), the Quota Law, ProUni, and more recently the Pé-de-Meia (High School) and the Pé-de-Meia Licenciatura, the latter of which required future research to account for their impact on student retention in secondary and higher education institutions. With this, we conclude that poor administration can cause long-term consequences, and that governmental and personal efforts will be necessary to reverse these problems.

**Keywords:** School, Afro-Brazilians, Programs.

## INTRODUÇÃO

A formação acadêmica no Brasil é um tema heterogêneo, que enfrenta várias problemáticas, desde a origem da formação do seu povo (período colonial), passando pela promulgação da lei Áurea, pelo período de imigração principalmente de alemães, italianos e japoneses, até os tempos atuais.

Foi percebido que no Brasil o sistema de ensino foi muito influenciado pela colonização portuguesa e consequentemente pelos interesses deles. Por isso foi possível notar que as escolhas realizadas pela coroa portuguesa impactam negativamente até hoje a relação aluno - instituição de ensino, mesmo não sendo a única causa.

Esse trabalho teve como objetivo fazer um levantamento histórico (mesmo que sucinto) de como ocorreram à formação acadêmica no Brasil e demonstrar quais fatores influenciam positivo ou negativamente esse contexto.

Para realizar esses levantamentos foram utilizadas publicações (artigos, livros, sites) que demonstraram os principais motivos para a baixa fixação de pessoas de origem afro-brasileira no sistema de ensino, e quais medidas os governos estão propondo para mitigar a evasão escolar. Demostramos que apesar da dificuldade, está ocorrendo um esforço massivo de movimentos negros a fim de pressionar os governantes a reconhecer a importância deles para a sociedade brasileira e exigir providências para melhorar as condições de vida da população.

Elencamos as principais medidas governamentais para mitigar a evasão escolar (Pé-de-meia), facilitar o acesso às instituições públicas de pessoas de baixa renda (Programas de Cotas), o programa universidade para todos (ProUni), que fornece bolsa de ensino em instituições privadas.

## EDUCAÇÃO DO PERÍODO COLONIAL ATÉ OS DIAS DE HOJE

A formação acadêmica brasileira teve início com os jesuítas, sendo o principal educador José de Anchieta, que segundo Klein (2016), se destacava pela agilidade intelectual, pela criatividade pedagógica e flexibilidade diante dos costumes das crianças, o principal foco das escolas jesuítas eram crianças: curumins, mestiços ou mamelucos e filhos dos portugueses adventícios. Ainda

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 28/11/2025 | aceito: 30/11/2025 | publicação: 02/12/2025**

segundo o autor com o aumento do número de escravos nas fazendas jesuítas, escolas foram erguidas para que fosse possível a educação de crianças negras.

Segundo Neto e Maciel (2008), as escolas fundadas pelos padres jesuítas eram adequadas para o momento histórico vivenciado, levando-se em consideração quatro aspectos: os objetivos do Projeto Português para o Brasil; o projeto educacional Jesuítico; a própria estrutura social brasileira da época; e o modelo de homem necessário para a época Colonial.

Com a reforma pombalina (1759-1772) ocorreu à expulsão dos jesuítas de todo o território português, com isso ficou a cargo da coroa portuguesa a obrigatoriedade de garantir o ensino público a todos os seus cidadãos, mesmo que não fosse igualitária (Gondra e Schueler, 2008), ainda segundo os autores a colônia americana (Brasil) recebeu entre o final do século XVIII e início do século XIX, 17 mestre régios de ler e escrever, distribuídos entre Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Pará e Maranhão.

Gondra e Schueler (2008) citam Cosme Bento das Chagas (Preto Cosme), quilombola, nas fazendas da região do Itapecuru-Mirim, no Maranhão, liderou uma das principais insurreições escravas do período regencial (Balaiada), segundo os autores o fato marcante para a história de Preto Cosme era que o mesmo era um ex-escravo alfabetizado, que abriu uma escola de primeiras letras, localizada na fazenda lagoa Amarela, para alfabetizar cerca de 3000 negros.

Oliveira et.al. (2021) citam Santana; Moraes 2009; Garcia, 2007, nos quais os autores descrevem que em 1854 o decreto nº 1.331, conhecido como Reforma Couto Ferraz, tratou da educação de negros, tornando gratuito o acesso destes as escolas primárias e secundárias, com exceção dos escravos. Ainda segundo Oliveira et.al. (2021) citando Santana; Moraes 2009; Domingues, 2007, apenas em 1878 por decreto foi permitida a matrícula de negros libertos maiores de quatorze anos nos cursos noturnos, e em 1879 através da reforma do Ensino Primário e Secundário de Leôncio Carvalho ficou obrigatório o ensino de negros entre os sete aos catorze anos, incluindo a frequências dos escravos em escolas públicas.

Apesar do decreto nº 1.331 e a reforma do ensino proposta por Leôncio Carvalho (1879), Santana (2005 p.34) discorre sobre as crianças negras no Brasil escravista, a autora cita que as crianças eram “amadurecidas” preciosamente (com cinco e seis anos), visto que antecipavam às exigências e responsabilidades dos adultos e era inserida no trabalho escravo, a educação estava restrita ao aprendizado das tarefas demandadas pelos senhores. A autora ainda completa que as instituições de caridade eram consideradas como espaço de controle social, preocupada em coibir a vadiagem e a delinquência infantil.

Com a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, muitos escravos foram expulsos das propriedades rurais dando origem a uma migração maciça de brancos europeus, principalmente de italianos e alemães a fim de “clarear” a população brasileira, corroborando com Nascimento e

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 28/11/2025 | aceito: 30/11/2025 | publicação: 02/12/2025**

Medeiros (2010), que discorrem muito bem sobre o assunto, quando falam que muitos negros foram expulsos das fazendas e ficaram sem ter onde morar nem sobreviver. Uma boa parte da elite brasileira não queria que os negros assumissem os novos postos de trabalho (...) à preocupação era embranquecer o país com imigrantes vindos da Europa informações essas que vão ao encontro da publicação de Maringoni (2012).

Maringoni (2012) apud Azevedo que:

A força de atração destas propostas imigrantistas foi tão grande que, em fins do século, a antiga preocupação com o destino dos ex-escravos e pobres livres foi praticamente sobrepujada pelo grande debate em torno do imigrante ideal ou do tipo racial mais adequado para purificar a ‘raça brasílica’ e engendrar pôr fim a identidade nacional.

Continuando o autor cita uma passagem de Joaquim Nabuco que em Contos populares do Brasil (1885) diz:

Das três raças que constituíram a atual população brasileira a que um rastro mais profundo deixou foi por certo a branca segue-se a negra e depois a indígena. À medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com o internamento do selvagem e a extinção do tráfico de negros, a influência europeia tende a crescer com a imigração e pelo natural tendência de prevalecer o mais forte e o mais hábil. O mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do clima.

Com essas ações sobrou para os povos recém-libertos a mazela dos cortiços e favelas, locais de grande insalubridade e sem estrutura educacional, que para essa nova população urbana seria de extrema importância para colocá-los em condições dignas de trabalho.

A esperança de alguns abolicionistas eram que esses “novos” integrantes da classe urbana, poderiam “evoluir” através da educação, visto que Maringoni (2012) cita o historiador Robert Conrad que diz:

Os abolicionistas radicais, como Nabuco, André Rebouças, José do Patrocínio, Antônio Bento, Rui Barbosa, Senador Dantas e outros esperavam que a extensão da educação a todas as classes, a participação política em massa e uma ampliação de oportunidades econômicas para milhões de negros e mulatos e outros setores menos privilegiados da sociedade brasileira viessem a permitir que estes grupos assumissem um lugar de igualdade numa nação mais homogênea e próspera.

Porém isso não foi verificado, durante anos moradores de áreas periféricas principalmente os negros, foram tratados com desprezos pelos governantes, estes só eram lembrados em épocas de campanhas políticas com promessas mirabolantes que nunca foram cumpridas.

Na tentativa de modificar esse parâmetro, foi elaborado um documento apresentado na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial a Xenofobia e as Formas

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 28/11/2025 | aceito: 30/11/2025 | publicação: 02/12/2025**

Correlatadas de Intolerância, no qual o governo reconhecia a responsabilidade histórica “pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos” (Cavalleiro, 2006 p.20).

Junto a esse reconhecimento, ocorreram fortes campanhas promovidas pelo Movimento Negro, que possibilitou a formulação de um projeto de lei para promover políticas públicas e programas para população afro-brasileira, valorizando sua história e cultura, (Cavalleiro, 2006 p.21). A autora cita como marco positivo a criação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas na Educação Básica, reconhecer o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, a consequente aprovação do Parecer CNE/CP 3/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades. Acrescentando Oliveira et.al. (2021), cita também como importante a Lei nº 12.711/2012, que destina vagas para candidatos negros em universidades e a Lei nº 12.990/2014, que destina vagas a negros em concursos públicos.

Visando a equidade e a oportunidade para todos, o Governo Federal lançou programas que permitem acesso ao ensino superior tanto na rede pública ou privada.

O primeiro programa a ser instalado foi o Programa de Crédito Educativo (Creduc), que existia desde 1975 durante o governo de Ernesto Geisel (Ferreira 2025). Esse programa foi substituído pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (Ferreira 2025), um programa do Ministério da Educação (MEC), instituído pela Lei nº 10.260/2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), divulgado pelo Inep/MEC, ofertados por instituições de educação superior privadas que participam do programa (BRASIL, 2001), apesar da iniciativa do governo foram contabilizadas diversas inadimplências sendo estas perdoadas em até 92% pelo Governo Bolsonaro (Ferreira 2025), em 2024, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, criou através da resolução nº 60/2024 o Desenrola Fies — programa de renegociação de dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que poderia chegar a até 99% de desconto (BRASIL, 2024).

O Fies sofreu uma atualização sendo chamado de Fies Social pela Resolução nº 58/2024, essa versão tem o objetivo principal de oferecer melhores condições para a obtenção do Fies, como a reserva de 50% das vagas, em cada edição dos processos seletivos do programa e a concessão de até 100% de financiamento dos encargos educacionais para os estudantes inscritos no Cadastro Único (BRASIL, 2024).

Outro programa é o Programa Universidade Para Todos (Prouni), instituído pela [Lei nº 11.096/2005](#) (BRASIL 2024), oferta bolsas de estudo, integrais e parciais (50% do valor da mensalidade do curso), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 28/11/2025 | aceito: 30/11/2025 | publicação: 02/12/2025**

de educação superior privadas. O público-alvo do programa é o estudante sem diploma de nível superior.

Visando facilitar à entrada de estudantes a rede pública de ensino superior o Ministério da Educação (MEC) em 2010 cria o Sistema de Seleção Unificada (SISU), substituindo o então vestibular tradicional.

Em 2012 com a Lei nº 12.711/2012, criou-se a lei de cotas, uma tentativa do governo federal de garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais de educação. As vagas foram subdivididas em metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012).

A primeira lei de cotas conhecida no Brasil foi a lei do Boi, (Lei Nº 5465/1968), criada no governo de Costa e Silva, durante o período da ditadura militar brasileira, essa lei tinha como base fornecer vagas em estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservará, anualmente, de preferência, de 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio (Diário Oficial da União, 1968).

Na perspectiva do ensino médio para diminuir a evasão escolar o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023 criou o programa Pé-de-meia — Programa funciona como uma poupança para promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes nessa etapa de ensino —, com o objetivo de democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens, além de garantir mais inclusão social pela educação, estimulando a mobilidade social (BRASIL 2023).

Para o incentivo a formação docente o então governo lança o programa Pé-de-Meia Licenciaturas uma ação executada pela CAPES, no âmbito do [Programa Mais Professores](#) para o Brasil, instituído pelo Ministério da Educação por meio do [Decreto Nº 12.358/2025](#), esse programa tem o objetivo de atrair estudantes que obtiveram alto desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem para cursos presenciais de licenciatura, oferecer apoio financeiro e acadêmico a fim de diminuir a evasão nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2025).

## METODOLOGIA

Para a elaboração do artigo foram reunidas publicações de artigos científicos, livros e revistas para que fosse possível a elaboração de uma revisão bibliográfica que contemplasse o

**Ano V, v.2 2025 | submissão: 28/11/2025 | aceito: 30/11/2025 | publicação: 02/12/2025**

máximo possível à relação étnico-racial com foco no ensino aprendizagem e a estrutura escolar, abordando possíveis casos de evasão escolar, origem e condições socioeconômicas dos discentes.

Para responder essas questões, foram levantados dados históricos da formação social brasileira e em quais condições a população foi formada, como foi e estão sendo tratadas pelos órgãos competentes.

Abordamos medidas estabelecidas pelos governantes a fim de aumentar a inclusão dos povos formadores da sociedade brasileira na tentativa de mitigar qualquer déficit que possa ter sido criada ao passar dos anos e a tentativa de melhorar a formação acadêmica.

Para compreendermos melhor a formação educacional brasileira foi feita um levantamento desde a formação do Brasil colônia até os tempos atuais.

Para melhor compreender as ações governamentais foram levantados dados comparativos de como estavam e como está à relação educacional no Brasil a fim de demonstrar se ocorreram alguma evolução e tentar propor algumas melhoras.

Para balizar as informações evitando erros desnecessários utilizamos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da sua publicação — PNAD Contínua, Educação 2023—. Publicada em 2024.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Brasil vem buscando aumentar o nível de escolaridade da sua população independente de raça, gênero e região. Para medir esse esforço utiliza-se desde 2012 uma pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Continuada (PNAD Continuada), essa pesquisa é realizada trimestralmente, por meio do questionário básico (IBGE, 2023).

A PNAD de 2023 faz uma comparação com os resultados dos mesmos trimestres dos anos anteriores: 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022, os anos de 2020 e 2021 não foram contabilizados, pois foram reduzidas as cargas de perguntas do questionário original, pois estavam sendo realizadas exclusivamente por meio de telefone, durante a pandemia de COVID-19 (IBGE, 2023).

A Tabela 1 abaixo, nos mostra a taxa de analfabetismo, por idade, sexo e raça, é possível notar que pessoas com idade acima dos 60 anos da cor preta ou parda possuem a maior taxa de analfabetismo, isso pode ser explicado, pela necessidade precoce de complementar a renda familiar, Forte (2024), coloca que as questões socioeconômicas são uma das maiores causas das taxas de analfabetismo no Brasil.

**Tabela 1:** Taxa de analfabetismo.

Taxa de analfabetismo (%)						
Grupos de idade (1)		15 anos ou mais	6,7	6,1	5,6	5,4
		18 anos ou mais	7,1	6,4	5,9	5,7
		25 anos ou mais	8,3	7,4	6,8	6,5
		40 anos ou mais	12,1	10,8	9,8	9,4
		60 anos ou mais	20,5	18,1	16,0	15,4
Sexo	15 anos ou mais	Homem	7,0	6,4	5,9	5,7
		Mulher (1)	6,5	5,8	5,4	5,2
	60 anos ou mais de idade	Homem	19,7	17,9	15,7	15,4
		Mulher (1)	21,1	18,2	16,3	15,5
Cor ou raça	15 anos ou mais	Branca	3,8	3,3	3,4	3,2
		Preta ou parda (1)	9,1	8,2	7,4	7,1
	60 anos ou mais de idade	Branca (1)	11,8	9,5	9,3	8,6
		Preta ou parda	30,7	27,2	23,3	22,7

■ 2016   
 ■ 2019   
 ■ 2022   
 ■ 2023

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023. Nota: As diferenças entre 2016 e 2023 são significativas ao nível de confiança de 95%. (1) As diferenças entre 2022 e 2023 são significativas ao nível de confiança de 95%.

Gadotti (2008 p.11) diz que o analfabetismo representa a negação de direitos fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego.

O analfabetismo é um problema crônico no Brasil, pesquisa realizada por Ferraro (2002), mostra que desde a Monarquia as taxas de analfabetismos eram altas chegando a 82% da população. Na tentativa de melhorar esses índices, devido a problemas políticos, que ligavam a corrupção do sistema parlamentar ao analfabetismo, foi discutida e criada a Lei. 3.029/1881 (Lei Saraiva), que exigia a capacidade de ler e escrever para votar (Bráulio 2021).

**Tabela 2:** Taxa de analfabetismo por região

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo (%)					
	15 anos ou mais					
	2016	2019	2022	2023	Variação	
					2022/2023	2016/2023
<b>Brasil</b>	<b>6,7</b>	<b>6,1</b>	<b>5,6</b>	<b>5,4</b>	↓	↓
Norte	7,9	7,0	6,4	6,4	→	↓
Nordeste	13,9	12,9	11,7	11,2	↓	↓
Sudeste	3,5	3,0	2,9	2,9	→	↓
Sul	3,3	3,0	3,0	2,8	→	↓
Centro-Oeste	5,2	4,4	4,0	3,7	→	↓

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023. Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%

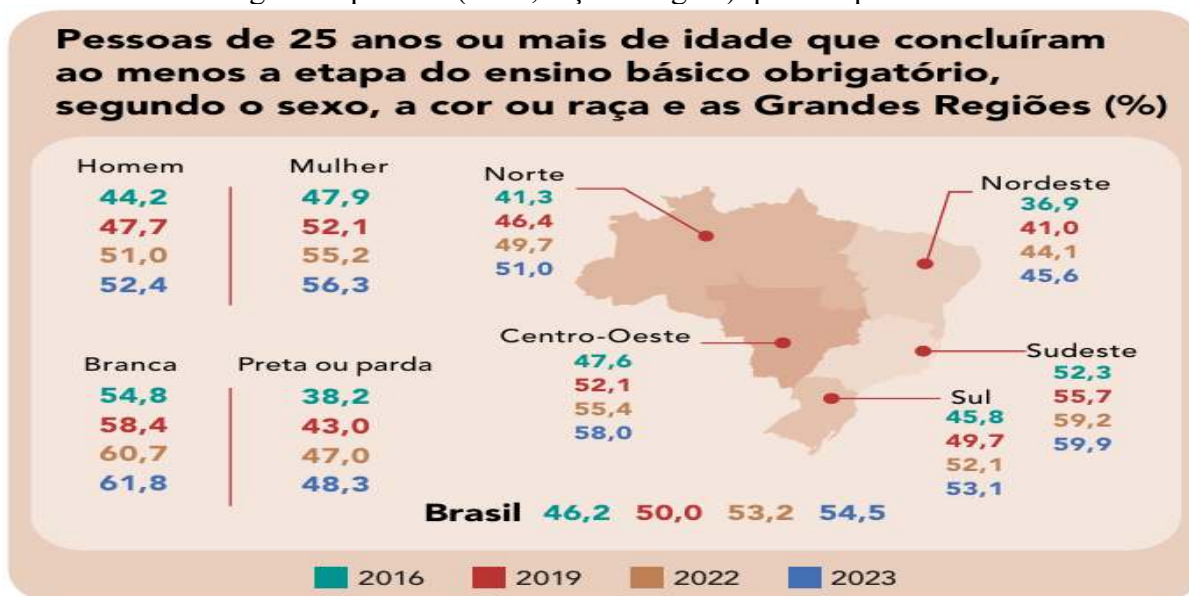
Nas regiões brasileiras, a taxa de analfabetismo reflete as desigualdades regionais, na medida em que as Regiões Nordeste e Norte apresentam taxas de analfabetismo mais elevadas (11,2% e 6,4%, respectivamente) em 2023 entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade. O Centro-Sul do Brasil tem taxas bem mais baixas: 2,9% no Sudeste, 2,8% no Sul e 3,7% no Centro-Oeste (BRASIL, 2024).

Ano V, v.2 2025 | **submissão: 28/11/2025** | **aceito: 30/11/2025** | **publicação: 02/12/2025**

Pietri (2024) analisando a taxa de analfabetismo por região, diz que o embranquecimento do País se realizou mais efetivamente nos Estados do Sudeste, isso ajuda a compreender porque nesses Estados temos índices menores de analfabetismo e nos Estados do Nordeste, maiores, políticas de migração, garantiram o mínimo de estrutura de acolhimento para essas populações que chegaram ao Brasil; já o inverso aconteceu com as populações afrodescendentes, boa parte concentrada em Estados como a Bahia.

A tabela 3 abaixo demonstra a relação de pessoas (Sexo, Cor e Região) que concluíram o ensino médio, mais uma vez o destaque positivo fica para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Isso possui uma grande influência devido ao nível de pobreza e desigualdade, falta de investimento público a necessidade de trabalhar para a complementação de renda familiar (BRASIL 2020, Ecossistema Educacional 2025, Abdala 2024).

**Tabela 3:** Porcentagem de pessoas (Sexo, ração e região) que completaram o ensino básico.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023. Nota: As diferenças entre 2022 e 2023 são significativas ao nível de confiança de 95%, exceto nas Regiões Norte, Sudeste e Sul.

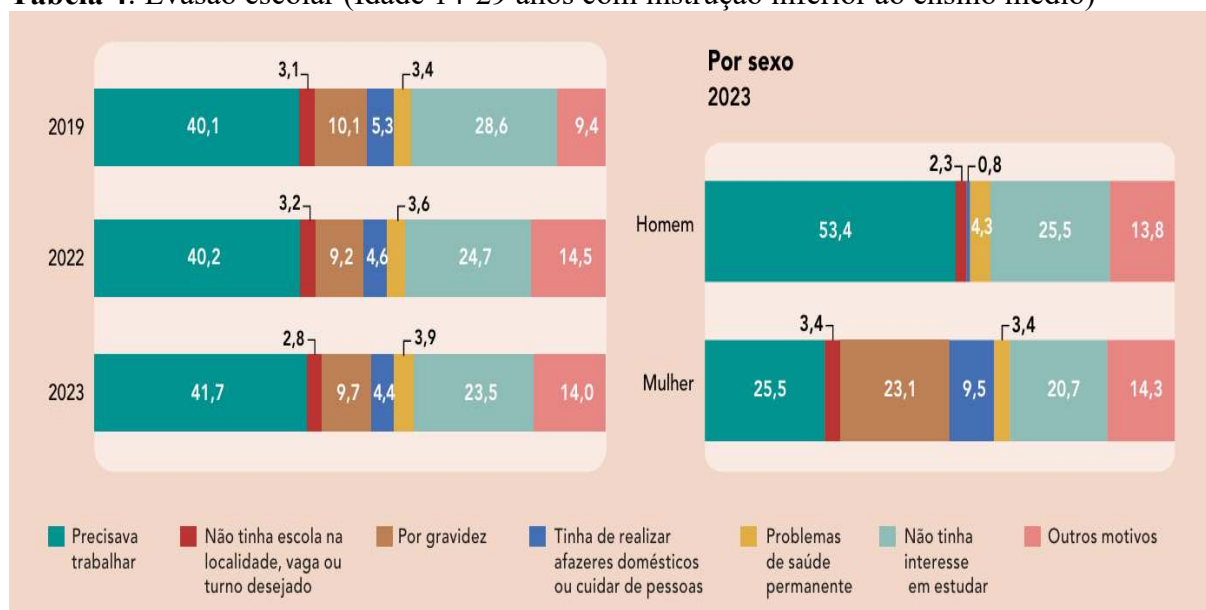
Rodrigues et.al.(2017), fazendo estudo sobre a desigualdade nos municípios do Nordeste, constatou que a renda per capita, a frequência escolar líquida, a presença de IES e o PIB per capita municipal contribuem na redução da desigualdade, e que o baixo impacto de variáveis relacionadas ao sistema educacional pode ser atribuído ao seu efeito no longo prazo e, portanto, ressalta-se a importância do investimento e as políticas públicas educacionais, que só terão reflexo na redução da desigualdade educacional dos municípios no futuro. Ainda segundo o autor em termos de política educacional, chamou mais atenção a necessidade de melhorar a educação básica, tendo em vista que isto pode reduzir as taxas de abandono nas escolas primárias e secundárias, o que leva a um melhor desempenho escolar em um sentido quantitativo.

Ano V, v.2 2025 | **submissão: 28/11/2025** | **aceito: 30/11/2025** | **publicação: 02/12/2025**

A tabela 4 nos demonstra dados sobre a evasão escolar, que segundo IBGE (2024) tem os principais motivos entre os homens à necessidade de trabalhar, seguido de não ter interesse de estudar, para as mulheres foram constatados que o principal motivo foi à necessidade de trabalhar, seguido de gravidez e falta de interesse.

Miquilena (2021) cita que Gravidez e parentalidade na adolescência são fatores exógenos de evasão escolar para alunos do ensino médio na América Latina, segundo [estudo realizado pelo Banco de desenvolvimento da América latina e Caribe](#). A gravidez e a maternidade precoce representam um custo de oportunidade para as mulheres, uma vez que a falta de condições, compreensão e abordagem adequadas da problemática resultam na interrupção do percurso ou abandono do sistema educacional por parte das adolescentes. Na região, 36% dos casos de evasão escolar de meninas podem ser atribuídos à gravidez na adolescência ou à maternidade. Essas informações corroboram com os dados de Souza et.al. (2018) conclui que as jovens que trabalhavam e tiveram gravidez recorrente foram as mais propensas a abandonar os estudos. A autora completa que conviver com uma renda familiar de até um salário-mínimo aumentou a chance de evasão em três vezes.

**Tabela 4:** Evasão escolar (Idade 14-29 anos com instrução inferior ao ensino médio)



**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2023. (1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Entre homens um dos principais fatores da evasão escolar está ligada a necessidade de trabalhar para ajudar a complementar a renda familiar.

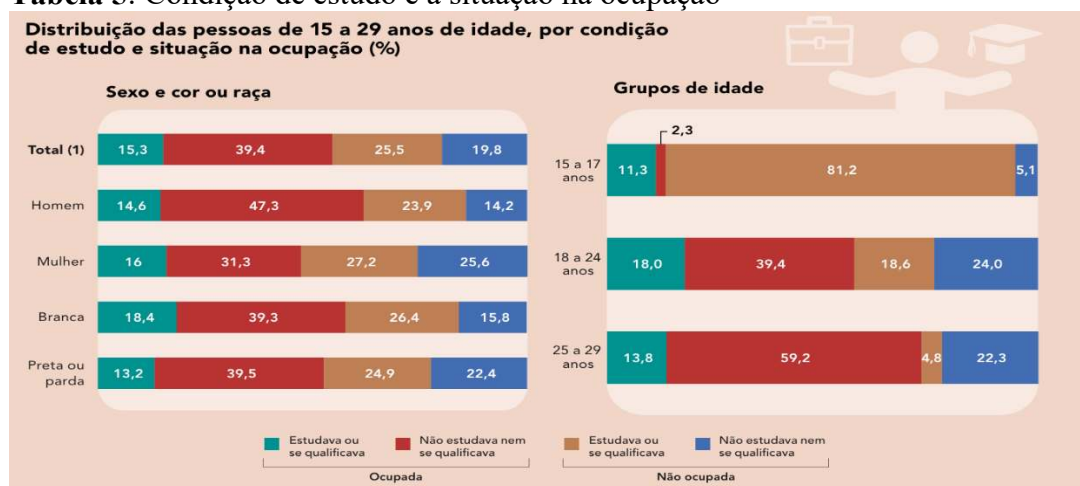
Santillana Educação (2024) faz um levantamento sobre as principais causas da evasão escolar e colocam fatores familiares (renda, escolaridade dos pais, violência doméstica, gravidez, trabalho infantil, falta de apoio dos pais, desestruturação familiar), problemas de saúde (tanto física quanto mental), problemas financeiros (trabalhar para ajudar no sustento da casa ou para pagar as mensalidades e os materiais escolares) como as principais causas dessa moléstia.

Ano V, v.2 2025 | **submissão: 28/11/2025** | **aceito: 30/11/2025** | **publicação: 02/12/2025**

A tabela 5 demonstra a distribuição de estudantes por condições de estudo e situação na ocupação. Os dados podem ser divididos em três grupos, primeiro, pessoas mais novas (15 a 17 anos) se dedicavam praticamente ao estudo, segundo nas idades intermediárias (18 a 24 anos) predominavam pessoas que trabalhavam, na terceira faixa (25 a 29 anos) predominava pessoas que trabalhavam (IBGE, 2024).

Realizando a comparação entre sexo é possível notar que as mulheres na categoria não ocupada representam a maior porção, podemos concluir com as informações já levantadas que um dos motivos para esses dados é a “obrigação” que cabe às mulheres de ser dona de casa, dificultando a procura por qualificação e emprego remunerado.

**Tabela 5:** Condição de estudo e a situação na ocupação



**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023. (1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática escolaridade no Brasil é muito heterogênea, apesar de vermos esforços do governo para melhorar o acesso à escola, ainda possuem muitas variáveis que dificultam essa disseminação, a principal é a evasão escolar para o complemento de renda, seguido pela gravidez precoce.

O programa Pé-de-Meia pode ser um grande influenciador para fixar alunos de baixa renda na escola, visto que o programa “gratifica” estudantes que frequentam a escola, que são aprovados no ano letivo corrente e aqueles que concluem os estudos. Esse é um programa novo e só saberemos a sua real contribuição com pesquisas futuras.

A região Nordeste do Brasil necessita de uma atenção maior do poder público (Municipal, Estadual e Federal), visto que é a região com piores índices de escolaridade, que pode ser uma influência da colonização da região, visto que foi uma região com alto índice de escravos voltados para a cultura da cana-de-açúcar, produto muito cobiçado pela coroa portuguesa.

O período colonial brasileiro contribuiu para que os índices de escolaridade de povos afro-



**Ano V, v.2 2025 | submissão: 28/11/2025 | aceito: 30/11/2025 | publicação: 02/12/2025**

brasileiros e originários fossem inferiores, pois as políticas da época preconizavam a educação de pessoas com nível financeiro alto, filhos de portugueses, mesmos com o fim da escravidão no país não vimos um investimento massivo no incentivo a formação acadêmica, pois a grande elite brasileira não aceitava que os negros agora libertos exercessem atividades mais complexas.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. Cai percentual de estudantes que frequentam série escolar adequada. *Agência Brasil*, 2024.

BRASIL. Agência Notícias IBGE. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos – Contexto*. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Pé-de-Meia Licenciaturas*. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Pé-de-Meia*. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *PROUNI*. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Desenrola Fies: 844 mil estudantes ainda podem renegociar dívidas*. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portal Único de Acesso ao Ensino Superior – FIES*. 2025.

BRASIL. Portal MEC. Entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. *Programa Universidade para Todos (Prouni)*. 2025.

BRÁULIO, Pablo. O analfabetismo no Brasil caiu de 92% para 56% durante o Segundo Reinado? 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968*. 1968.

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: Ministério da Educação. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006. p. 15-28.

ECOSSISTEMA EDUCACIONAL. Desigualdade educacional: o que é e como acabar com ela. 2025.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: O que dizem os censos? *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 81, 2002.



**Ano V, v.2 2025 | submissão: 28/11/2025 | aceite: 30/11/2025 | publicação: 02/12/2025**

FERREIRA, Ludimila. Quem criou o Fies? Conheça a história do programa. 2025.

FORTE, Maria Luiza; COSTA, Noemia Zilda. Limites e possibilidades para erradicação do analfabetismo no Brasil. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 6, 2024.

GADOTTI, Moacir. *MOVA, por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Contínua – Educação 2023*. 2023.

JORNAL DA USP. Desigualdade, história e política são fatores para altas taxas de analfabetismo no Brasil. 2024.

KLEIN, Luiz Fernando. História da educação jesuíta no Brasil. 2025.

KLEIN, Luiz Fernando. Trajetória da educação jesuítica no Brasil. 2016.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. 2025.

MIQUILENA, Maria Eugenia. Evasão escolar devido à gravidez na adolescência. 2025.

NASCIMENTO, André José do; MEDEIROS, Maria da Glória. O fim da escravidão e as suas consequências. 2010.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Revista Educar*, n. 31, p. 169-189, 2008.

OLIVEIRA, Lídia Regina Figueiredo de; OLIVEIRA, Thatiana Costa Fonte de; COSTA, Luciélis Marinho da. Educação para negros no Brasil: um contexto histórico. *Conedu – VII Congresso Nacional de Educação*, 2020 (ano mais provável).

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. Educação infantil. In: Ministério da Educação. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006. p. 39-48.

SANTILLANA EDUCAÇÃO. Evasão escolar no Brasil: causas, consequências e como combater. 2025.

SOUZA, Carolina Rodrigues et al. Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 26, n. 2, 2018.